

ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES DO IST

Comissão Permanente do Plano, Orçamento, Relatório e Contas

Parecer sobre Relatório de Contas de 2006

PARECER

No cumprimento das suas atribuições o Conselho Directivo do IST produziu o Relatório de Contas referentes ao ano de 2006. No âmbito das suas competências a CPPORC efectuou a respectiva análise, com o objectivo de emitir o correspondente parecer. Para este fim, a CPPORC tomou como referência os mapas das Demonstrações de Resultados por Natureza, do Balanço, assim como os Anexos às Demonstrações Financeiras Reportadas a 31 de Dezembro de 2006 e, como informativo, o relatório da certificação das contas elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Caiano Pereira, António e José Reimão com data de 26 de Junho de 2007.

Tendo em consideração os documentos atrás referidos, a CPPORC realça os seguintes aspectos:

- Comparativamente à execução de 2005, o exercício de 2006 regista um aumento de 1,9% dos proveitos e um acréscimo de custos na ordem dos 6,1%;
- As vendas e prestações de serviços registam um proveito de 9,328 M€. Representam 10,3% dos proveitos e ganhos operacionais e 9,6% do total dos proveitos;

- O financiamento por parte do Estado, no valor 49,035 M€, para funcionamento – despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços - traduz-se em 50,4% do total dos proveitos e 54,2% dos proveitos e ganhos operacionais;
- Os proveitos extraordinários registam um valor de 6,342 M€, o que corresponde a 6,5% do total dos proveitos. Concentram-se nas correcções aos exercícios anteriores, reposições não abatidas nos pagamentos e transferências de capital obtidas. As transferências de capital têm o valor de 5,885 M€ e são referentes a amortizações do imobilizado adquirido por via de subsídios obtidos para aquisição de bens de investimento;
- Os custos com pessoal, incluindo os encargos sociais, no valor total de 57,782 M, correspondem neste exercício a 61,7% do total dos custos operacionais. Cresceram 4,8% face ao exercício anterior. Saliente-se que estes custos representam 61,2% do total geral dos custos no exercício;
- Os resultados líquidos apresentaram um decréscimo na ordem dos 42% relativamente a 2005. O saldo é positivo, devido ao contributo do valor apurado nos resultados extraordinários no valor de 6,342 M€, uma vez que o total dos resultados correntes do exercício, composto pelos resultados operacionais e pelos resultados financeiros, se apresenta com um valor negativo de 2,744 M€, ainda que nestes últimos – resultados financeiros - se tenha registado um aumento de 18,5%, face ao exercício de 2005;
- O agrupamento das imobilizações apresenta o valor líquido de 92,512 M€, o que representa em termos relativos 73,3% do activo líquido;
- As dívidas a terceiros a curto prazo decresceram 73,7% face ao exercício anterior. Entretanto a rubrica de outros credores evidencia a continuada dívida à ADSE no valor de 2,269 M€, contraída no período decorrido entre 1998 e 2002, apesar de o IST ter proposto ao Ministério o acerto de contas para a saldar;
- Na classe das disponibilidades, depositadas em caixas e em instituições financeiras, inscreve-se o valor 22,415 M€, o que comparativamente ao exercício de 2005 regista uma ligeira subida, na ordem de 0,9%. Este facto é indicador da não utilização dos saldos por imposição do seu congelamento;
- No final do exercício verificou-se a existência de um montante de 5,934 M€ em cobrança duvidosa, sobre a qual foi efectuada uma provisão pela sua totalidade. Deste modo, todo o valor realizável nos exercícios seguintes serão considerados como proveitos;

- o Os acréscimos e diferimentos permitem o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam (POC);
- o Os proveitos diferidos, reconhecidos como receitas antecipadas, creditam 58,177 M€, dos quais 58,129 € correspondem a subsídios obtidos para aquisição de bens de investimento;
- o A conta dos acréscimos de custo, reconhece o valor de 7,355 M€, do qual 7,262 M€ se destina a cobrir as despesas relacionadas com remunerações, saldando-se a diferença no pagamento com os encargos das instalações e comunicações;
- o Os acréscimos de proveitos registam neste exercício proveitos financeiros - juros bancários – de 13,792 K€, a receber no exercício seguinte, e os custos diferidos, a reconhecer no próximo exercício: Inscreve a débito o pagamento antecipado de 41,845 K€, em despesas correntes.

Faz-se notar também que apesar capacidade da Instituição para gerar receitas próprias, para fazer face às suas despesas, tanto de funcionamento como de investimento, indispensáveis ao desenvolvimento da sua actividade, o IST continua a depender do Orçamento do Estado, como seria de esperar. Ainda assim, note-se que ao longo dos últimos anos a contribuição do OE tem vindo a diminuir sucessivamente.

A CPPORC conclui que os documentos analisados reflectem a situação financeira do IST, razão porque sugere à Assembleia de Representantes a aprovação, sem reservas, do Relatório de Contas referente ao exercício de 2006.

Lisboa, 18 de Julho de 2007

O Coordenador da
Comissão para o Plano, Orçamento, Relatório e Contas

Carlos dos Santos Pereira